

COMO ESTUDAR A CIDADE NA LONGA DURAÇÃO (A NOÇÃO DO TEMPO NA GEOGRAFIA)¹

Pedro de Almeida VASCONCELOS²

As questões do tempo, em geral, e da longa duração em particular, têm um relevante interesse, sobretudo metodológico, no ramo da Geografia Histórica, e uma aplicação maior para as cidades com vários séculos de existência. Mas os princípios teóricos podem ser aplicados também no exame de cidades mais recentes, desde que utilizando criteriosamente as escalas temporais e espaciais para cada caso.

O levantamento efetuado não pretende ser exaustivo. Como uma base inicial sobre o assunto, foram pesquisadas um total de 24 obras de geógrafos que se debruçaram sobre a questão do tempo na Geografia, além de ter sido lida a produção dos historiadores que tratam das questões temporais na sua disciplina (17 obras), conforme bibliografia apresentada no final do texto.

Como exemplo de autores da "Geografia Clássica" que se interessaram pela questão do tempo, foram examinados textos de Richard Hartshorne e Pierre George.

1 RICHARD HARTSHORNE (1959)

O geógrafo norte-americano foi um dos últimos baluartes da Geografia Clássica, tendo resumido suas idéias no seu livro *Perspectives on the Nature of Geography*, de 1959.

Nesse livro, Hartshorne dedica um capítulo ao "Tempo e a Gênese em Geografia", com um total de 27 páginas na sua versão brasileira de 1978.

Sua preocupação inicial é com as fronteiras disciplinares: a de que "o grau em que o estudo de qualquer fenômeno..., ou do complexo de fenômenos ... deva remontar aos estágios anteriores que lhe deram origem", possa levar ao perigo de "ser acusado de ... trabalhar fora dos domínios da Geografia". Para o autor, o tempo estaria implícito em quatro maneiras: 1) no presente; 2) nas variações, nas flutuações e nas mudanças cumulativas; 3) nas relações estabelecidas no passado; e 4) na origem dos aspectos individuais de uma área (estudos genéticos) (p.88-90). O autor comenta então as mudanças das formas de relevo, os climas, e sobretudo, a Geografia Cultural. Nesta última, os fenômenos seriam mais complexos (p.105).

Para ele, a Geografia Histórica seria o "estudo do caráter mutável das áreas através do tempo" (p.111). Cita Hettner, quando afirma que na Geografia, o tempo deve recuar para o pano de fundo (p.87), e adverte ainda que "a descrição explicativa dos aspectos do passado deve ser mantida em posição subordinada" face ao propósito de estudar o "caráter variável das áreas" (p.106). O autor conclui o capítulo advertindo também que "o centro de nossa atenção se conserve no caráter das áreas ... em contraste com o interesse histórico pelos processos em si mesmos" (p.114).

Vemos, portanto, que a prioridade dada por Hartshorne aos estudos das "áreas", (e mesmo seus exemplos da Geografia Física), limitou sua contribuição sobre as questões temporais (e sociais) da Geografia em geral, com sua preocupação principal de manter uma identidade da

¹ Palestra proferida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia no Seminário de Doutorado sobre o tema "Geografia Histórica"

² Ph. D. e Professor Titular do Mestrado em Geografia - UFBA

disciplina.

2 PIERRE GEORGE (1966)

Um dos últimos representantes vivos da Geografia Clássica francesa, teve seu livro *Sociologie et Géographie* publicado em 1966.

Nesse livro, em que procura definir o campo das duas disciplinas, Pierre George dedica também um capítulo ao "Tempo", com 23 páginas.

Para o autor, há dois temas temporais de estudo: o tempo banal e o tempo conjuntural (p.43). O tempo banal estaria ligado aos estudos da vida cotidiana, dos ritmos estacionários, das idades da vida (p.44). O tempo geográfico seria o geológico, o histórico e o contingente (p.47).

O autor conclui o capítulo estabelecendo quatro aspectos do tempo:

1) o tempo descontínuo: seria interrompido por rupturas como, por exemplo, os eventos que interrompem os processos de desenvolvimento, como as catástrofes naturais (p.50), ou guerras e revoluções, ou seja, os eventos acíclicos (p.52);

2) os tempos cíclicos: seriam os tempos das variações periódicas (p.56), como as variações climáticas e as migrações sazonais;

3) os tempos técnicos: quando as atividades humanas não dependeriam mais dos ritmos naturais, como no caso do tempo industrial (p.59), com mudanças no ritmo de utilização do tempo;

4) tempo objetivo e tempo subjetivo: as transformações do meio geográfico intervêm para modificar a qualidade do tempo objetivo, e desta maneira, modificam o tempo subjetivo, dando como exemplo os tempos agradáveis e os tempos ingratos (p.64), já passando para o domínio da Sociologia.

As preocupações de Pierre George em estabelecer os campos das duas disciplinas desviaram seus esforços em direção à Sociologia, em detrimento de uma reflexão mais histórica do tempo.

No *Dictionnaire de la Géographie*, dirigido por Pierre George, em 1970, o tempo é apresentado apenas como tempo da meteorologia (p.468).

Um bom exemplo da visão sobre o tempo na Geografia "Teórico-Quantitativa" pode ser encontrada no livro 1969, de David Harvey, geógrafo britânico que se radicou nos Estados Unidos.

3 DAVID HARVEY (1969)

O livro de David Harvey, *Explanation in Geography*, de 1969, também possui um capítulo sobre "Tipos de explicação temporal em Geografia", com 24 páginas.

David Harvey procurou examinar, inicialmente, os tipos de explicação temporais. Começa tratando do tempo psicológico e social, segue para o descobrimento do tempo na ciência, quando afirma que o livro de Darwin, *A Origem das Espécies*, de 1859, foi provavelmente o que mais influenciou o século XIX, o que pode estar relacionado com a importância que Harvey dava ao Evolucionismo.

Harvey, porém, faz duas advertências: 1) contra a "Falácia genética", ou seja, "crer que a importância de algo pode avaliar-se apenas recorrendo às suas origens"; e 2) contra o Historicismo, que seria "crer que a natureza de algo pode ser compreendida inteiramente examinando seu desenvolvimento" (p. 416).

O autor conclui com as explicações temporais: para ele, a única forma de elaborar medidas de tempo objetivas seria recorrer aos processos (p.419). As explicações temporais seriam as seguintes: 1) genéticas (origem); 2) evolucionistas ou desenvolvimentistas; e 3) genéticas e evolucionistas.

A posição de Harvey, nesse período, é de manter um certo cuidado contra os excessos das explicações históricas, num momento em que os geógrafos procuravam tornar a disciplina científica, como as demais ciências sociais, e mostra uma certa atenção às idéias evolucionistas.

No início dos anos 70, dois geógrafos franceses, de linhas divergentes, também trabalharam com a questão do tempo: Olivier Dolfuss e Yves Lacoste. O primeiro, um dos primeiros franceses a se aproximar das correntes teórico-quantitativas, enquanto que o segundo dava início à corrente crítica na França.

4 OLIVIER DOLFUSS (1971)

No seu livro *L'Analyse Géographique*, de 1971, Olivier Dolfuss dedica um capítulo sobre o tempo, com 13 páginas.

Dolfuss é mais afirmativo quanto a contribuição da História. Para ele, para proceder uma análise do espaço, "o geógrafo deve sempre recorrer à História, e incorporar ao seu raciocínio tanto o tempo como a duração", lembrando que há escalas de tempo diferentes (p.108), o que mostra uma influência de Braudel.

Dolfuss divide o capítulo em quatro partes:

a) A estratigrafia da paisagem: para ele, o geógrafo só recorreria ao passado, através do procedimento regressivo, quando pretende alcançar uma compreensão do presente, reconhecendo, porém, a existência de "momentos brancos" (momentos mal conhecidos ou totalmente desconhecidos) e "momentos plenos" (momentos carregados de história) (p.109). Distingue então três tempos: o tempo repetitivo (ciclo); o tempo histórico (cumulativo); e o tempo geológico (p.1 10);

b) O contínuo e o descontínuo: os movimentos bruscos e intermitentes (mutações e crises) romperiam os equilíbrios (p.1 13), o que já foi mencionado por Pierre George;

c) Tempos e Sistemas: o geógrafo deveria integrar as três escalas de duração: o ciclo, a história e a duração geológica (p.1 16), quando dá exemplos da Geografia Física;

d) Ciclo e Evolução: o autor dá o exemplo dos ciclos de erosão de W. M. Davis, comenta a crítica efetuada por Tricart, e conclui que "em Geografia, a história nunca é repetitiva, a não ser pelo jogo dos ciclos anuais. É sempre cumulativa e evolutiva" (p.120).

O uso de exemplos da Geografia Física extrapolam as questões voltadas para o exame das cidades. A distinção entre momentos "brancos" e "plenos" é uma contribuição interessante do autor.

5 YVES LACOSTE (1973)

No seu longo capítulo "*Géographie*", com 61 páginas, editado por Chatelet no livro *La Philosophie des Sciences Sociales*, em 1973, Lacoste não aprofunda a questão do tempo, embora nessa importante contribuição, representando a Geografia numa publicação pluridisciplinar, o autor tenha tratado dos diferentes espaços de conceptualização (diferentes escalas geográficas) e dos diferentes tempos dos historiadores (p.282). Lembrou que Marx teria

privilegiado o tempo, em vez do espaço (p.298), e que a polêmica política sobre a História faz referência aos tempos diferentes, o que não ocorria com os espaços de conceptualização da Geografia (p.299).

A preocupação de Lacoste em apresentar as carências epistemológicas da Geografia, certamente o levou a não levantar maiores questões sobre o tempo.

Um exemplo da visão sobre o tempo na Geografia Humanística também foi buscado:

6 YI-FU TUAN (1977)

O geógrafo sino-americano dedicou dois capítulos sobre o tempo, no seu livro *Space and Place*, de 1977.

No primeiro, "Tempo no Espaço Experiencial", (com 19 páginas na tradução brasileira), o autor propõe relacionar o tempo com o espaço, mas sob a ótica da experiência. Tuan considera os mapas como "a-históricos", enquanto que as pinturas de paisagens seriam históricas (p.137), o que parece discutível.

No segundo capítulo, "Tempo e Lugar", (com 22 páginas), Tuan considera que "tempo" é movimento, enquanto que "lugar", ao contrário, seria um conceito estático. Para ele, o lugar pode ser também "lembrança de tempos passados" (p.198). O tempo também seria necessário para se sentir afeição ao lugar (p.219).

A visão de tempo de Tuan parte de uma perspectiva bastante diferente dos demais autores, com ênfase na experiência pessoal de cada indivíduo.

A Geografia crítica se consolidou também no Brasil, sobretudo com a volta de Milton Santos, depois do seu exílio:

7 MILTON SANTOS (1978)

No seu livro de 1978, *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos apresenta uma nova proposta da Geografia Crítica, e conta com um capítulo sobre a questão temporal, "A Noção de Tempo nos Estudos Geográficos", (com 10 páginas).

Para Milton Santos, a Geografia Histórica e a Geografia Retrospectiva "não foram além da apresentação dos problemas" (p.203), e quando trata da difusão das inovações, afirma que teria faltado um conceito de tempo social (p.203), pois de fato, "as famosas ondas de difusão não existem" (p.205).

Para o autor, os enfoques espacial e temporal não poderiam ser isolados: "para compreender qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal" (p.205). O tempo, como conceito, deveria ser capaz de medida (p.206), e seria também um conceito relativo, concreto e dividido em sessões (periodização). Para Milton Santos, as relações entre os períodos históricos e a organização espacial "nos revelarão uma sucessão de sistemas espaciais, no qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história" (p.207), e "em cada período histórico, o valor de uma mesma variável se altera" (p.208), sendo necessário "reconstruir os sucessivos sistemas temporais e sistemas espaciais, levando em conta o papel da acumulação do capital" (p.209). Haveria ainda um "tempo espacial" próprio a cada lugar, devido as superposições de traços de sistemas históricos anteriores, atribuindo a cada lugar uma combinação específica (p.209 -19).

O autor conclui com uma definição de lugar como "resultado das ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre"

(p.211).

Já nesse livro de 1979, Milton Santos procura romper criticamente com os trabalhos geográficos anteriores, e já analisa as noções de tempo e espaço de forma conjunta, e recupera o conceito de lugar, dando uma nova dimensão.

8 HAROLD CARTER (1983)

O autor de um dos raros livros sobre a Geografia Urbana Histórica, o geógrafo britânico Harold Carter no seu *An Introduction to Urban Historical Geography* (1983), inicia discutindo a distinção entre a História Urbana e a Geografia Histórica Urbana: para ele, a História Urbana está relacionada com localizações e torna-se, portanto, geográfica, enquanto que os estudos geográficos têm que ter uma dimensão temporal, sendo também históricos. Ambas as sub-disciplinas se superpõem e se fundem. Como apoio, cita o historiador H. J. Dyos (1973), que considera a História Urbana mais voltada à vida urbana e à população das cidades e de suas instituições, enquanto que a Geografia Urbana estaria mais preocupada com os padrões e as distribuições (p.14). O autor adota a abordagem geográfica, e informa que seu livro está voltado para a "identificação, interpretação e explicação dos padrões espaciais" (p.15). Para o autor, a Geografia Histórica Urbana trata da origem da cidade, da expansão das cidades, do processo de urbanização, da natureza da forma da cidade, do tamanho e posição das cidades, do plano urbano, do desenho inicial e suas modificações, e dos usos do solo urbano (p.17).

Carter estando mais preocupado em estabelecer as fronteiras entre as duas sub-disciplinas, e às temáticas próprias da Geografia Urbana aplicada ao passado, não dedicou-se à questão teórica do tempo.

9 PAUL CLAVAL (1984)

Outro importante geógrafo francês, responsável pelo aumento das relações entre a Geografia anglo-saxã e a francesa, publica em 1984, um artigo "*The Historical Dimension of French Geography*", com 17 páginas, no *Journal of Historical Geography*.

No início, Claval comenta a indiferença pela História, nos últimos 20 anos, na Geografia francesa (p.229). Inclui comentários sobre os estudos de Vidal de la Blache, inclusive sobre as consultas que o mesmo teria efetuado junto a Ritter. Para Claval, La Blache teria sido o primeiro a indicar, como seria possível entender as relações entre tempo, grupo e organização espacial, no livro *Princípios de Geografia Humana* (p.231).

Em seguida, o autor faz o balanço das monografias regionais francesas, concluindo porém que Vidal teria falhado na elaboração das categorias fundamentais da Geografia Humana (p.235). Por outro lado, historiadores como F. Braudel e G. Duby, teriam derivado dos geógrafos muitos dos seus tópicos de investigação, de seus desenvolvimentos intelectuais e de seus métodos. Outra metade dos empréstimos, Braudel teria obtido da Economia, em 1949 (p.236).

Claval comentou também os trabalhos da Geografia Histórica na questão das paisagens agrárias, tratou do seu declínio nos anos 50-60, e do renascimento nos anos recentes, lembrando a posição de P. George e de Y. Lacoste, que teriam sido críticos da Geografia Histórica (p.238 e 244).

Concluiu afirmando que teria havido uma tradição na Geografia Histórica na França, em torno da idéia de investigar o passado para descobrir as raízes das estruturas espaciais presentes (p.241).

O trabalho de Claval está mais voltado para a recuperação da Geografia Histórica francesa, e sua difusão no mundo anglo-saxão, não sendo, portanto uma contribuição específica na temática.

10 MILTON SANTOS (1985)

Em seu livro de 1985, *Espaço & Método*, Milton Santos dedica um capítulo de 16 páginas, á dimensão temporal, relacionado aos sistemas espaciais do Terceiro Mundo.

Nesse capítulo o autor estabelece os fundamentos de uma periodização, quando destaca o período técnico-científico atual (p.27). Lembra que a formação de um espaço supõe a acumulação de ações localizadas em diferentes momentos (p.33).

Quando trata das categorias do método geográfico, o autor define processo como "uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança" (p.50), e lembra ainda que as mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, nos obrigando a usar formas do passado.

Nessa contribuição, marcadamente conceptual e metodológica, Milton Santos avança também na questão temporal, com destaque ao conceito de processo, analisado conjuntamente com os de função, forma e estrutura.

11 BRIAN GOODALL (1987)

No *Dictionary of Human Geography*, de 1987, elaborado pelo inglês Brian Goodall, a noção de tempo é limitada a Tempo-Geografia (*time-geography*), e a Geografia Tempo-Espaço (*time-space geography*), a partir do comentário da abordagem de Hagerstrand, de 1960, na qual o tempo, como o espaço, seria visto como recurso, a partir do ponto de vista do indivíduo (p.471 - 3)

Neste dicionário a discussão fica limitada a uma metodologia de abordagem do tempo, não havendo uma definição ou discussão do tempo em si.

12 DAVID HARVEY (1989)

Depois de seu livro de 1973 e antes do de 1989, Harvey publicou *Consciousness and the Urban Experience* (1985) e *The Urban Experience* (1988), que tratam de questões históricas, sobretudo sobre Paris, sem entretanto, aprofundar as questões teóricas sobre o tempo.

No seu livro *The Condition of Postmodernity*, publicado em 1989, 20 anos após seu trabalho teórico de 1969, David Harvey dá grande destaque ao tempo, juntamente como o espaço, no longo capítulo "A Experiência do Espaço e do Tempo", com 106 páginas.

O autor lembra inicialmente, que as teorias sociais sempre privilegiaram o tempo (p.190), citando o geógrafo sueco Hagerstrand e sua Tempo-Geografia (p.195). Em seguida faz o contraponto das práticas espaciais, inspiradas em H. Lefebvre (1974), com uma tipologia de tempos sociais, recuperadas de Gurvitch (1964): tempo permanente, tempo ilusório, tempo errático, tempo cíclico, tempo retardado, tempo alienado, tempo acelerado e tempo explosivo (p.205 e 206). Harvey propõe, então, o conceito de "Compressão do Tempo-Espaço", como "processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo "a ponto de nos forçarem a alterar ... o modo como representamos o mundo ..." (p.219).

Nesse livro, Harvey realiza uma segunda mudança paradigmática, após a realizada em 1973, com seu livro *A Justiça Social e a Cidade*, e embora mostre-se atento às contribuições da sociologia francesa, está muito mais preocupado com as transformações mundiais recentes, e com o movimento rotulado como "Pós-Modernismo".

13 ANTOINE BAILLY (1991)

O livro de referência, *Les Concepts de la Géographie Humaine*, de 1991, foi coordenado pelo geógrafo suíço Antoine S. Bailly, e conta com um capítulo elaborado pelo mesmo, denominado "A Cronogeografia", com apenas quatro páginas.

A Cronogeografia, para Bailly, seria o ramo da Geografia que se consagra a análise das práticas sociais no tempo. Ele examina os tempos seguintes: o tempo cíclico; o tempo meteorológico; o tempo teológico; e o tempo cósmico (ou absoluto de Newton). Este último é dividido em passado, presente e futuro (p.169). Em seguida, o autor define o conceito de "duração", como persistência de um evento, e "tempo social", como tempo convencional das sociedades, quando cita Braudel.

De fato, o pequeno capítulo dedicado às questões temporais na Geografia não avança muito, acrescentando apenas o neologismo "Cronogeografia", que não teve continuidade.

No recente livro *Éléments d'épistémologie de la géographie*, de 1997, Antoine Bailly e Robert Ferras não consideram o tempo como um dos conceitos fundamentais da Geografia (que seriam o espaço, o meio ambiente, a paisagem, a região e o território), tendo apenas reservado uma página para a relação entre a Geografia e a História.

14 ALISDAIR ROGERS (1992)

Ao contrário da publicação de Bailly e Ferras, no artigo "*Key Themes and Debates*", publicado em 1992, Alisdair Rogers, da Universidade de Oxford, coloca "Tempo e Mudança" e "Espaço e Tempo", entre os sete principais temas debatidos na Geografia Atual.

Tratando do debate entre "Tempo e a Mudança", o autor aborda a questão do paralelo entre o diacrônico (ou longitudinal) e o sincrônico (ou funcional) (p.240). Rogers conclui propondo que os modelos de estágios ou de periodização devam ser vistos mais como hipóteses do que como fatos (p.242). Quanto ao debate sobre o "Espaço e o Tempo", o autor inicia lembrando da necessidade de se trabalhar os dois temas em conjunto, advertindo porém que é bastante difícil. O modelo da "Tempo-Geografia", de Hagerstrand (1970) é citado, mas o autor levanta ainda o problema da combinação de uma massa de dados e de um número grande de pessoas. Cita também a proposta do "Materialismo Histórico e Geográfico", iniciado por Harvey (1985) e por Soja (1989), trabalhando conjuntamente espaço, tempo e moeda, no processo urbano.

Conclui citando o sociólogo Giddens (1985); Pred, nos seus estudos no sul da Suécia nos séculos XVIII e XIX (1986); e novamente Soja.

É interessante o destaque dado por Rogers à noção de tempo, na indicação dos principais temas em debate na Geografia, num artigo de um manual para estudantes de língua inglesa.

No mesmo manual, foi publicado o artigo de Gerry Kearns, da Universidade de Liverpool, "*The Historical Geographical Perspective*", que mostra aos estudantes, a necessidade de estudar a Geografia Histórica, para poder entender melhor questões importantes, como a do

Terceiro Mundo ou a da produção de alimentos.

15 MARIE-VIC OZOUF-MARIGNIER (1993)

Outra obra de referência, a *Encyclopedie de la Géographie*, foi publicada em 1993, com um capítulo redigido por Marie-Vic Ozouf-Marignier dedicado à "Geografia e História", com 14 páginas.

A autora examina a evolução da Geografia Histórica, começando com "A Geografia como localização dos fatos passados", momento em que a disciplina tinha um papel de auxiliar da História. Em seguida comenta "A Geografia Vidaliana e a História dos *Annales*": para ela, a revista *Annales*, lançada pelos historiadores em 1929, teria sido inspirada nos *Annales de la Géographie*. Informa também que Braudel teria criado o neologismo Geohistória (p.97). A autora continua discutindo os "Eixos da Geografia Histórica depois de Vidal de la Blache", quando trata da Geografia Política e da História da Paisagem Rural. Em seguida comenta as "Divergências e mal entendidos" entre a Geografia e a História, no momento em que os geógrafos procuram colocar sua disciplina no presente, rejeitando quase totalmente a Geografia Histórica (p.100) Segundo a autora, o passado e o tempo teriam sido rejeitados em benefício do espaço, analisado em termos de forma, de estrutura e de funcionamento sincrônico (p.101). Conclui com "Passado e presente: o fim dos monopólios". Segundo a autora, se assiste agora a uma reintegração do tempo na Geografia: as categorias de espaço e tempo, de passado e presente, não fundamentariam mais as distinções e separações entre as disciplinas históricas.

Como podemos ver, a autora estava mais preocupada com as fronteiras disciplinares, como P. George e P. Claval.

16 ROGER BRUNET (1993)

No dicionário crítico *Les Mots de la Géographie*, de 1993, Roger Brunet dedica duas colunas à noção do tempo. Segundo o autor, a palavra "tempo", viria da raiz indo-européia "da", significando divisão.

O tempo é examinado em três partes: 1) como situação meteorológica momentânea; 2) como duração, considerada como "meio abstrato, porém mensurável da mudança; 3) como estabilidade relativa dos fenômenos geográficos observáveis, ou "espessura do tempo", quando cita Berque e Tardieu. Conclui o verbete com comentários sobre o tempo universal (GMT); o trabalho temporário; o trabalho a tempo parcial; e o tempo de trabalho e de lazer (p.477).

Como o dicionário, editado por Brunet, Ferras e Théry, cobre também a Geografia Física, há uma junção das visões do tempo meteorológico com questões próprias da Geografia Humana, inclusive extrapolando em direção a uma questão específica, como a do trabalho.

17 DEREK GREGORY (1994)

No *The Dictionary of Human Geography*, de 1994, Derek Gregory trata também da "Tempo-Geografia", comentando os trabalhos de Hagerstrand, porém apresenta as críticas efetuados ao "naturalismo" do método, como as de Hoppe e Langton (1988), por ser confinado a uma escala pequena, ao curto prazo e ao nível individual, e indica a necessidade do mesmo ser integrado à teoria locacional, e informa ainda dos avanços da "Geografia feminista". No final, 23

referências bibliográficas são apresentadas (p.624 - 8).

A noção de "Convergência Tempo-Espaço" é comentada em outro verbete, como a diminuição da fricção da distância entre lugares (p.628-30). Finalmente, a noção de "Distanciamento Tempo-Espaço" é também apresentada por Gregory, como a parte da "Teoria de Estruturação" de A. Giddens (p.630-3).

É interessante observar, mais uma vez, que nos dicionários anglo-saxões, os métodos são apresentados no lugar da discussão da noção em si, assim como, a discussão das teorias sociológicas de Giddens, introduzidas em um dicionário da Geografia.

Em 1994 foi publicado um número especial da revista *Herodote* sobre Geografia Histórica, da qual destacamos três artigos:

18 JEAN-ROBERT PITTE (1994)

O primeiro, é o artigo de Jean-Robert Pitte, "*De la Géographie Historique*", com oito páginas.

O autor inicia comentando a volta do interesse pela aplicação dos métodos geográficos na análise do passado (p.15). Destaca o papel do geógrafo Roger Dion, que teria escrito em 1948, que "Toda a paisagem humanizada era reflexo da História" (p.18).

Para Pitte, a Geografia Histórica utiliza todos os métodos da Geografia e todos os métodos da História, não tendo métodos específicos (p.20).

Conclui que a Geografia Histórica, e o conjunto da Geografia, devem admitir que as regularidades são ilusórias e que a Geografia Histórica não está submetida à tirania do evento e do imediato (p.21).

Aqui a Geografia Histórica aparece como uma reação às correntes que procuram uma Geografia baseada no método científico.

19 PIERRE FLATRÉS (1994)

O segundo artigo, de Pierre Flatrés, é sobre "*La Géographie Retrospective*", com sete páginas.

Para o autor, a Geografia Retrospectiva corresponde aos trabalhos escritos por geógrafos, que aplicam os métodos da Geografia, porém com o objetivo de descrever um momento do passado (p.63), ou daqueles que estudam a repartição dos fenômenos num momento determinado do passado (p.68). A principal obra da Geografia Retrospectiva, segundo Flatrés, seria o *The Domesday Geography of England*, de autoria de H. C. Darby.

Nesse artigo é apresentada a idéia de que a Geografia Histórica teria voltado com tanta força, que já permitiria o aparecimento de subdivisões, como a Geografia Retrospectiva.

20 ALAN BAKER (1994)

O terceiro artigo na revista *Hérodote*, do geógrafo inglês Alan R. H. Baker, é sobre a "*Evolution de la Géographie Historique en Grande Bretagne et en Amérique du Nord*", com 16 páginas.

O autor inicia afirmando que a Geografia Histórica está florescente na Grã-Bretanha e na América do Norte.

Segundo Baker, nos anos 20 e 30, a Geografia Histórica estava ligada à reconstrução das geografias das épocas passadas. Nos anos 50 e 60, a preocupação principal teria passado para a evolução das paisagens e ao estudo de certos locais em momentos críticos. Os dados seriam históricos, mas o problema e os métodos utilizados seriam geográficos (p.73).

Segundo o autor, com o novo paradigma positivista, teria havido uma rejeição da Geografia Histórica (p.74). Consequentemente, nos últimos 20 anos, a Geografia Histórica teria sofrido uma crítica sistemática.

Hoje, segundo Baker, escrevem-se obras de síntese, manuais e atlas históricos. Há também uma grande diversidade, tendo integrado abordagens mais teóricas, com trabalhos como os de D. Harvey e D. Gregory, que aplicam idéias de Foucault, de Habermas e de Giddens. Atualmente, os geógrafos estariam reconhecendo a necessidade de um modo de explicação histórica.

Esse trabalho é o contraponto ao artigo de Claval de 1984, pois faz um balanço da Geografia Histórica anglo-saxã para divulgação na França, e destaca as influências de outras ciências sociais na Geografia.

21 MILTON SANTOS (1994)

No mesmo ano, Milton Santos publica um pequeno livro, em que o "tempo" faz parte do título: *Técnica, Espaço, Tempo*.

No referido livro, Milton Santos inicia com uma discussão do par Tempo-Mundo e Espaço-Mundo: para ele haveria um "tempo-universal" despótico, instrumento de medida hegemônico, que comandaria o tempo dos outros, sendo responsável por temporalidades hierárquicas. Todos os tempos seriam globais, mas não haveria um tempo mundial (p.31).

Discute, em seguida, num capítulo específico, "A Forma e o Tempo", com cinco páginas, quando afirma que a forma seria o resíduo de estruturas que foram presentes no passado, e que a configuração territorial seria a soma de pedaços de realizações atuais e realizações do passado (p.69). Os períodos seriam pedaços de tempos submetidos à mesma lei histórica (p.70).

No final, o autor comenta que o tempo pode ser trabalhado segundo dois eixos:

1) o eixo das sucessões (de fenômenos), o tempo histórico; e 2) o eixo das coexistências e simultaneidades, o tempo concreto. As temporalidades variavam, porém elas se dariam de modo simultâneo.

Desta vez Milton Santos politiza a noção de tempo, continuando a enriquecer a discussão teórica sobre o tempo.

22 CHRISTIAN GRATALOUP (1995)

Em 1995 foi publicado o artigo de Christian Grataloup, intitulado "*Temps partiels*", com nove páginas, no qual o autor destaca a fraqueza da reflexão sobre o tempo nas várias disciplinas. Para ele, os historiadores teriam negligenciado o estudo do tempo, inclusive alguns, (como Burguiere), consideravam a História como o estudo do passado, e não o do tempo. Cita K. Pomiam, como o historiador que teria escrito a obra mais rica sobre a questão (*L'Ordre du temps*", 1984) (p.168). Comenta a oposição da natureza das durações, de Braudel, 1958 (p.169), assim como as explicações temporais em ciclos sucessivos, como a de C. Juglar (p.170).

Para Grataloup, o que caracteriza o social seria a transformação (p.172), e dá como

exemplo de diferentes temporalidades, como as dos ameríndios e europeus, que "não estavam no mesmo tempo" em 1492 (p.177).

Conclui afirmando que "as permanências e transformações da cidade são produzidas pelas suas estruturas econômicas e sociais, suas disposições espaciais, que só têm sentido em função de sua organização temporal" (p.175). Grataloup é um dos raros geógrafos da atualidade que teve a preocupação em examinar a produção teórica das demais disciplinas, sobretudo da História avançando na discussão da noção de temporalidade.

23 MARCEL RONCAYOLO (1996)

Em 1996 o geógrafo Marcel Roncayolo publicou sua volumosa tese sobre Marselha, em duas partes. Na primeira, "O Tema e o Caso", ele procura examinar a divisão social do espaço urbano (p.10), e para tanto, utiliza periodizações paralelas, sempre a partir do século XIX, considerando que a estrutura da cidade teria se formado nesse século. Nessa parte, Roncayolo apresenta a noção de "tempos fortes" de crescimento demográfico da cidade (p.99), assim como das atividades de construção (p.200), e da criação das empresas (p.307).

Na segunda parte, "O Modelo Liberal", que seria contemporâneo com a aceleração dos anos 1830-1840, e que teria dado a Marselha a sua trama e sua estrutura verdadeira (p. 11). Nessa parte, o autor recua no tempo e parte de 1666, data da primeira proposta de ampliação da cidade.

Estudando um caso concreto, e utilizando diferentes periodizações, Roncayolo traz também a contribuição conceptual, com sua noção de "tempos fortes".

24 MILTON SANTOS (1996)

No seu último livro, *A Natureza do Espaço*, Milton Santos continua avançando na discussão sobre o tempo.

Inicialmente, no capítulo primeiro, o autor relaciona as técnicas com o tempo: lembra que a Geografia Histórica pretende retrair o passado, mas o faz assentada no presente, no momento em que é escrita. Para o autor, a cada sistema temporal o espaço muda, daí ser necessária uma periodização à escala do Mundo, assim como de outras periodizações em escalas menores (p.42). Mas as periodizações nos dariam apenas um "tempo externo" a cada espaço, mas faltaria ainda absolver a questão do "tempo interno" (p.43). Por outro lado, as técnicas poderiam ter seu momento de origem identificado (p.47).

No capítulo quinto, Milton Santos lembra que o lugar é distinguido dos demais lugares pela combinação específica das temporalidades diversas (p.109).

O capítulo sexto é dedicado ao "Tempo (os eventos) e o espaço". Para o autor, os eventos seriam o tempo se fazendo empírico (p.126). Eles "mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhe ... novas características" (p.116). Mas os eventos históricos deveriam suportar ação humana (p.117). A idéia de duração é adicionada pelo autor: seria o "lapso de tempo em que um dado evento ... tem presença eficaz" (p.118). O tempo é então visto não apenas como transcurso ou intensidade, mas também como extensão (p.119).

Milton Santos adiciona que a noção de escala também se aplica, havendo eventos mundiais, nacionais, regionais e locais (p.122). Os eventos se sucederiam, havendo uma ordem temporal, mas não se dariam isoladamente, eles se superporiam (p.123). Os eventos seriam também "atuais, absolutos, individualizados, finitos, sucessivos" (p. 124).

Para o autor, a idéia de tempo seria inseparável da idéia dos objetos e de seu valor (p.125). Cada lugar teria períodos diferentes: os eixos de sucessões, mas há também o eixo das coexistências. Como os fluxos não teriam a mesma rapidez, as temporalidades não seriam as mesmas para os diversos agentes sociais, mas eles se dariam de modo simultâneo (p.126).

Milton Santos conclui afirmando que a "simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da terra" é o que constituiria o domínio da Geografia: o tempo da sucessão sendo abstrato, e o tempo como simultaneidade sendo o tempo concreto, o espaço, então, reuniria todos os tempos, nas diferentes possibilidades de uso do espaço, em conjunto com as diferentes possibilidades do uso do tempo (p.127).

Milton Santos aparece, portanto, do conjunto dos geógrafos examinados, como aquele que mais avançou na discussão teórica sobre o tempo.

Em que medida os autores citados podem nos ajudar a responder a questão concreta de "Como estudar a cidade na longa duração?"

Alguns autores estavam mais interessados no exame dos **limites disciplinares**: Hartshorne (1959) procurava limitar o estudo geográfico ao estudo das áreas através do tempo, o que restringe o exame da sociedade. Pierre George (1966) no seu livro que relaciona a Geografia com a Sociologia, nos traz a contribuição da descontinuidade do tempo (rupturas). Harold Carter (1983) estava mais interessado em estabelecer a distinção entre História Urbana e Geografia Histórica Urbana. Paul Claval (1984), no seu artigo, estava preocupado com a evolução da Geografia Histórica francesa, destacando os empréstimos realizados pelos historiadores na Geografia. Marie-Vic Ozouf Marignier (1993) lembrava que as categorias tempo e espaço não serviriam mais para distinguir as disciplinas.

Outro grupo de autores estava mais voltado às **questões metodológicas**: tanto B. Goodall (1987), como Gregory (1994), nos seus dicionários respectivos, estavam mais preocupados em apresentar os métodos que tratam a questão do tempo e do espaço. Para Jean-Robert Pitte (1994), a Geografia Histórica não se distingue pela utilização de método próprio, utilizando tanto os métodos da Geografia como da História. Pierre Flatrés (1994) também estava preocupado com a utilização dos métodos da Geografia para descrever os momentos do passado, quando trata da Geografia Retrospectiva. Para Alan Baker (1994) os dados seriam históricos, mas os problemas e os métodos seriam geográficos.

A **questão conceptual** reúne os demais autores: D. Harvey, em 1969, alerta sobre a "falácia genética" e o historicismo. Em 1989 ele propõe a noção de "Compressão do Tempo-Espaço", no exame dos processos atuais que revolucionam o tempo e o espaço. Olivier Dolfuss (1971) traz a discussão dos momentos "brancos" e "plenos", assim como das diferentes escalas do tempo. Yves Lacoste (1973) contrapõe os "espaços de conceptualização" aos tempos do historiador. Yu-Fu Tuan (1977) considera o tempo como movimento, em contraponto ao lugar, como conceito estático. Antoine Bailly (1981) apresenta a noção de tempo social, como tempo convencional das sociedades. Alisdair Rogers (1992) examina as noções de tempo e mudança, relacionando o diacrônico com o sincrônico, assim como as de espaço e tempo, que deveriam ser analisados conjuntamente. Roger Brunet, no seu dicionário (1993), trabalha o tempo como "duração" e "estabilidade geográfica". Christian Grataloup (1994) avança, esclarecendo o conceito de temporalidade, e lembra que a transformação caracterizaria o social. Roncayolo (1996), estudando uma cidade na longa duração, utiliza periodizações paralelas e propõe a interessante noção de "tempos fortes", que definem momentos especiais em que a cidade é estruturada. Finalmente, Milton Santos (1978) começa advogando a necessidade de um enfoque espaço-temporal. Para ele os sistemas espaciais poderiam ser revelados pelas relações entre períodos históricos e a organização espacial, sendo necessário reconstruir também sucessivos sistemas temporais. Cada lugar teria um tempo espacial próprio, através da combinação

específica de traços dos sistemas históricos anteriores. Em 1985, Milton Santos lembra que as mudanças estruturais não poderiam recriar todas as formas, nos obrigando a utilizar formas do passado. Em 1994, Milton Santos trata do "tempo universal", que seria responsável por temporalidades hegemônicas, podendo o tempo ser trabalhado segundo os eixos das sucessões (tempo histórico) e o eixo das coexistências (tempo concreto). Finalmente, no livro de 1996, Milton Santos avança com a proposta de relação entre periodizações e várias escalas (escala do Mundo e escalas menores). Haveria também várias escalas de eventos (mundiais, nacionais, regionais, locais), assim como uma ordem temporal de eventos. E o mais importante: cada lugar teria períodos diferentes (eixos de sucessão e eixos de coexistências). Adicionando as diferentes velocidades dos fluxos, observa que as temporalidades não seriam as mesmas para os diversos agentes sociais. Seria o espaço, então, que reuniria todos os tempos.

Como podemos observar, a contribuição mais rica que se apresenta é de Milton Santos, e sua forma de abordagem é eminentemente teórica.

Mas, para a elaboração de estudos urbanos, com ênfase nos aspectos espaciais e temporais, é necessário que a teoria já elaborada seja absorvida, assim como, sejam tentados novos avanços teórico-metodológicos, na exame dos casos concretos.

Algumas observações podem ser adicionadas: em primeiro lugar, sendo um estudo geográfico, a questão espacial deve ser sempre a principal, enquanto que a temporal deve ser considerada como um dos enquadramentos complementares. Se o nosso objetivo é o de estudar uma cidade numa longa duração, é necessário, para estabelecer uma periodização, não partir necessariamente, dos eventos históricos, mas inverter a questão, partir das principais mudanças espaciais, que ocorreram no tempo.

Podemos tentar um exame das transformações das cidades no tempo (crescimento populacional, crescimento espacial, densificação, mudanças de funções, ampliação das infra-estruturas etc.), dando, por exemplo, prioridade às mudanças tecnológicas nos transportes, como um dos indicadores principais das transformações urbanas. Outras possibilidades poderiam ser o exame de outras tecnologias (estruturas metálicas, elevadores etc.), dos tipos de ocupação do solo (loteamentos, conjuntos, invasões etc.), ou do papel do Estado, dos agentes econômicos, etc.

Como exemplo, podemos dividir as etapas de análise nas seguintes partes:

a) a cidade do pedestre: basicamente a cidade pré-industrial, em que os habitantes viviam num espaço que podia ser atravessado a pé, no qual havia mistura de classes sociais e de domicílio e trabalho. O uso do transporte animal e de veículos de transporte por animal estava limitado aos indivíduos de maiores recursos ou para as viagens inter-urbanas. Fatores defensivos também limitavam o crescimento das cidades (séculos XVI ao XIX);

b) a cidade dos transportes coletivos: a implantação das primeiras linhas de transportes coletivos (veículos conduzidos por animais; bondes puxados por animais, assim como dos primeiros trens urbanos), que ocorreram no Brasil em meados do século XIX, vão possibilitar a ampliação da cidade (implantação dos primeiros loteamentos), assim como a saída das classes ricas dos centros das cidades, e da formação de bairros populares nas periferias, resultando também numa separação de usos e do trabalho

c) a cidade dos transportes coletivos modernos: com a implantação dos bondes elétricos, e, posteriormente, com o desenvolvimento dos ônibus (a gasolina ou elétricos), sobretudo no final do século XIX e inícios do século XX, a cidade vai seguir o crescimento das linhas fixas de bondes (ou das paradas dos trens), e posteriormente esse crescimento poderá ser mais disseminado com os ônibus (ou lotações), que independem de linhas fixas, podendo as cidades se estenderem para periferias distantes. Mas, de um modo geral, bondes e ônibus ainda tinham suas linhas iniciais nos centros das cidades e as mesmas terminavam nas periferias. As cidades ainda eram, sobretudo, mononucleares.

d) a cidade do automóvel: com a produção automobilística nacional (anos 50), e a ampliação do número de proprietários de veículos nos anos 70 (classe média), com o desenvolvimento correspondente das infra-estruturas urbanas (vias rápidas, viadutos, estacionamentos), a cidade é completamente modificada, com o surgimento de centros comerciais periféricos, com eixos e sub-centros de escritórios ou avenidas especializadas, a cidade-metropolitana adquire, então, uma estrutura polinuclear, que em quase nada corresponde à cidade original.

Passando ao exame de um caso concreto de estudo, como o de Salvador, que corresponde a uma longa duração (1549-1998), podemos levantar as questões seguintes:

Considerando a divisão do tempo longo (periodização), em diferentes escalas (do Mundo ao local);

Considerando o papel dos principais agentes sociais (hegemônicos e subordinados), segundo os seus diferentes interesses, poderes, organização, espaços de ação e temporalidades;

Considerando as diferentes mudanças tecnológicas, sobretudo as do transporte;

- Como compreender, descrever e explicar as principais mudanças espaciais (nas diferentes escalas)?;

- Como compreender, descrever e explicar as principais mudanças sociais?;

- Como registrar as principais permanências espaciais e sociais?;

- Como compreender, descrever e explicar a cidade e a sociedade urbana atual?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILLY, Antoine S. "La chronogéographie". In: **Les concepts de la géographie humaine**. Paris, Masson, 1991. p.169-72.
- BAKER, Alan R. H. "Évolution de la géographie historique en Grande-Bretagne et en Amérique du Nord". **Hérodote**, v.74/75, p.70-85, 1994.
- BEDARIDA, François. "The growth of urban history in France: some methodological trends". In: Dyos, H. J. (Ed.). **The study of urban history**. London: E. Arnold, 1968. p. 47-60.
- BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983. p.21-9.
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales, La longue durée. In: Carbonell, C.O., Walch, J. (Dir.) **Les sciences historiques de l'antiquité à nos jours**. Paris: Larousse, 1994. p.256-68.
- BRUNET, R. FERRAS, R., THERY, H. Les mots de la géographie. In: Dictionnaire Critique. Montpellier: Reclus, 1997.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**. São Paulo, Ed. UNESP, 1992. p. 327-48.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, PEREZ BAINOLI, Hector. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARTER, Harold. **An introduction to urban historical geography**. London: E. Arnold, 1987.
- CHÂTELET, François. L'histoire. In: _____. **La philosophie des sciences sociales**. Paris: HACHETTE, 1973. p.210-41.
- CLAVAL, Paul. The historical dimension of french geography. **Journal of Historical Geography**, v.10, n.3, p.229-45, 1984.

- DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica**. São Paulo: DIFEL, 1973. cap.5.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. São Paulo: Ensaio, 1992.
- FERRATER MORA, José. Tiempo. In: **DICCIONARIO DE FILOSOFIA**. Madrid: Alianza, 1984. P.3240-54.
- FLATRÉS, Pierre. La géographie rétrospective. **Hérodote**, v.74/75, p.63-9, 1994.
- GEORGE, Pierre. **Sociologie et géographie**. Paris: PUF, 1966. p.23-65.
- GEORGE, Pierre. (Dir.) **Dictionnaire de la géographie**. Paris: PUF, 1990.
- GOODALL, Brian. **Dictionary of human geography**. Harmondsworth: Pengum, 1987.
- GRATALOUP, Christian. Temps partiels. **Espaces temps**, v. 59-60-61, p.167-75, 1995.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978. p.87-114.
- HARVEY, David. **Consciousness and the urban experience**. Oxford: Blackwell, 1985.
- HARVEY, David. **The urban experience**. Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1992.
- HARVEY, David. **Teorias, leys y modelos en geografía**. Madrid: Alianza, 1993. p.408-31.
- HOBSBAWM, Eric J. O Presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 43, n. 11, p. 103-12, 1995.
- JOHNSTON, R. J., GREGORY, D., SMITH, D. M. (Eds.) **The dictionary of human geography**. London: Blackwell, 1994.
- KEARNS, Gerry. The historical geographical perspective. In: ROGERS, A., VILES, H., GOUDIE, A. (Eds.) **The student's companion to geography**. Oxford: Blackwell, 1994. p. 13-8.
- LACOSTE, Yves. La géographie. In: CHÂTELET, F. (Dir.) **La philosophie des sciences sociales**. Paris: Hachette, 1973. p.242-302.
- LE GOFF, Jacques. História. In: _____. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. p.17-165.
- LEPETIT, Bernard. L'histoire prend-elle les acteurs au sérieux? **Espaces Temps**, v.59-60-61, p.112-22, 1995.
- LEPETIT, Bernard, PUMAIN, Denise (Coord.) **Temporalités urbaines**. Paris: Anthropos, 1993.
- OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. Géographie et histoire. In: BAILLY, A., FERRAS, R., PUMANS, D. (Dirs.) **Encyclopédie de Géographie**. Genève: Economica, 1993. p.91-105.
- PITTE, Jean-Robert. **De la géographie historique**. Hérodote, v.74/75, p.14-24, 1994.
- POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, J. (Dir.) **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.97-123.
- POMIAN, Krzysztof. Tempo/temporalidade, ciclo, periodização. In: **Enciclopédia Emaudi**. Lisboa: Imp. Nacional, 1993. p.11-91, 163-213.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, v.1, n.4, p.5-34, out./dez. 1981.
- ROGERS, Alisdair. Key themes and Debate. In: ROGERS, R., VILES, H., GOUDIE, A. (Eds.) **The student's companion to geography**. Oxford: Blackwell, 1994. p.233-52.
- RONCAYOLO, Marcel. **Les grammaires d'une vme: essai sur la genèse des structures urbaines á Marseille**. Paris: E.E.H.E.S.S., 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985. p.21-36.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.114-34.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1996. cap.6.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço & lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983. p.198-219.
- VASCONCELOS, Pedro de A. Questões metodológicas na geografia urbana. In: **SIMPÓSIO**

- NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 1997: Salvador. Anais... (no prelo).
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Brasília: Ed. UnB, 1995.
- VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, J. (Dir.) **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.65-96.
- WHITROW, G. J. **El tiempo en la historia.** Barcelona: Crítica, 1990